

# Sumário

## Comissão Jurídica Interamericana

Autoridades a partir de 1o de março de 2019:

Ruth Stella Correa Palacio (Presidente)  
Luis Garcia- Corrochano Moyano (Vice-presidente)  
George Rodrigo Bandeira Galindo  
Milenko Bertrand Galindo Arriagada  
Miguel Ángel Espeche Gil  
Duncan B. Hollis  
Carlos Alberto Mata Prates  
José Antonio Moreno Rodríguez  
Alix Richard  
Mariana Salazar Albornoz  
Íñigo Salvador Crespo

## Secretaria Técnica da Comissão Jurídica Interamericana

Departamento de Direito Internacional, Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Esta publicação foi elaborada pelo Departamento de Direito Internacional da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA) sob a supervisão de Jeannette Tramhel, Assessora Jurídica Sênior.  
Direitos autorais ©2020. Todos os direitos reservados.

## Dados de catalogação na publicação da OEA

Inter-American Juridical Committee.  
Guia relativo ao direito aplicável aos contratos comerciais internacionais nas Américas / [Prepared by the Department of International Law of the Secretariat for Legal Affairs of the Organization of American States].  
p. ; cm. Includes bibliographical references. (OAS. Documentos oficiais ; OEA/Ser.Q)  
ISBN 978-0-8270-7050-9  
1. Commercial law. 2. Export sales contracts. 3. Conflict of laws--Contracts. 4. Conflict of laws--Commercial law. 5. Contracts (International law).  
I. Organization of American States. Secretariat for Legal Affairs. Department of International Law. II. Title. III. Series.  
OEA/Ser.Q/VII.2 OEA/Ser.Q/CJI/doc.577/19 Rev.1 Corr.2

**Introdução** 13

**Resumo de recomendações** 21

**Abreviações** 27

**Termos em latim e outras línguas** 31

## PARTE 01

**Introdução** 33

**I. Fundamentação** 33

**II. Propósito e objetivos do Guia** 35

## PARTE 02

**Antecedentes contextuais** 39

**I. Introdução** 39

**II. Direito Internacional Privado: Conflito de Leis vs. Direito Uniforme** 40

**III. Esforços históricos para a codificação do Direito conflitual em Contratos Comerciais Internacionais** 41

**A. Tratados de Montevideu**

**B. Código Bustamante**

**C. Convenção de Roma e Roma I**

**IV. Convenção da Cidade do México** 44

**V. Princípios da Haia** 47

**VI. Legislação recente nas Américas sobre Conflito de Leis em Contratos Comerciais Internacionais** 51

## PARTE 03

### **Avanços no método de direito uniforme em décadas recentes** 55

- I.** Novo cenário favorável ao Método de Direito Uniforme 55
- II.** Ferramentas utilizadas para se alcançar a unificação e harmonização 56
- III.** Instrumentos globais relevantes de Direito uniforme para os Contratos Comerciais Internacionais 58
  - A.** Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias
  - B.** Princípios UNIDROIT relativos aos Contratos Comerciais Internacionais
  - C.** Unificação do Direito Contratual nos processos de integração regional
  - D.** Iniciativas de harmonização do setor privado
  - E.** Textos arbitrais e Direito aplicável aos contratos comerciais internacionais

## PARTE 04

### **Interpretação uniforme** 73

- I.** Direito conflitual e textos uniformes 73
- II.** Direitos internos 75

## PARTE 05

### **Âmbito de aplicação do guia** 79

- I.** Direito aplicável 79
- II.** “Contrato” no Direito Comparado 80
- III.** Contrato “Comercial” Internacional 82
- IV.** Contrato Comercial “Internacional” 82
  - A.** Antecedentes
  - B.** Convenção da Cidade do México
    - 1.** “Residência habitual”
    - 2.** “Estabelecimento”
    - 3.** “Vinculação objetiva e conexão mais estreita”
  - C.** Princípios da Haia
  - D.** Relevância da escolha das partes para a internacionalidade
  - E.** Internacionalidade em direitos internos
  - F.** Internacionalidade na arbitragem comercial
  - G.** Tendência a favor de uma interpretação mais ampla de internacionalidade
- V.** Exclusões 92
  - A.** Capacidade
  - B.** Relações familiares e sucessórias
  - C.** Títulos e ações
  - D.** Cláusulas arbitrais e de escolha do foro
  - E.** Questões de Direito societário
  - F.** Insolvabilidade
  - G.** Efeitos reais
  - H.** Representação

# PARTE 06

<b>Direito não estatal nos contratos comerciais internacionais</b>	<b>99</b>
<b>I.</b> Os termos “Direito não estatal” e “Normas de Direito”	99
<b>II.</b> Tipos de Direito não estatal	100
<b>A.</b> Costumes, usos e práticas	
<b>B.</b> Princípios	
<b>C.</b> <i>Lex Mercatoria</i>	
<b>III.</b> Direito não estatal na Convenção da Cidade do México e nos Princípios da Haia	105
<b>A.</b> Antecedentes: a Convenção de Roma	
<b>B.</b> Convenção da Cidade do México	
<b>C.</b> Princípios da Haia	
<b>1.</b> Terminologia	
<b>2.</b> Critérios para determinação da legitimidade do Direito não estatal	
<b>a.</b> Conjunto neutro e equilibrado de normas	
<b>b.</b> Conjunto de normas geralmente aceito	
<b>3.</b> Escolha do Direito não estatal e preenchimento de lacunas	
<b>IV.</b> O Direito não estatal nos direitos internos americanos	110
<b>V.</b> Direito não estatal na arbitragem	112

# PARTE 07

<b>Autonomia da vontade na escolha do direito aplicável aos contratos comerciais internacionais</b>	<b>117</b>
<b>I.</b> Considerações gerais	117
<b>II.</b> Evolução do princípio de autonomia da vontade	118
<b>III.</b> Autonomia da vontade na Convenção da Cidade do México e nos Princípios da Haia	120
<b>A.</b> Contrato principal, escolha do Direito e escolha do foro	
<b>B.</b> Escolha do Direito não estatal	
<b>C.</b> Os Princípios da Haia como ferramenta para interpretação da Convenção da Cidade do México na escolha do Direito não estatal	
<b>IV.</b> Autonomia da vontade no direito interno	124
<b>V.</b> Autonomia da vontade na arbitragem	130

# PARTE 08

<b>Escolha do direito: expressa ou tácita</b>	<b>135</b>
<b>I.</b> Escolha expressa do Direito	135
<b>II.</b> Escolha tácita do Direito	135
<b>A.</b> Fórmulas no Direito Comparado	
<b>B.</b> Escolha tácita na Convenção da Cidade do México	
<b>C.</b> Escolha tácita nos Princípios da Haia	
<b>III.</b> Escolha do foro e escolha tácita do Direito	138
<b>IV.</b> Escolha tácita do Direito e direitos internos	139
<b>V.</b> Escolha tácita do Direito e arbitragem	140

PARTE <b>09</b>	<b>Validade formal da escolha do direito</b>	<b>143</b>
PARTE <b>10</b>	<b>Direito aplicável ao acordo de escolha do direito</b>	<b>147</b>
	I. O problema	147
	II. Propostas existentes	147
	III. O problema da batalha de formulários (“Battle of Forms”)	149
	IV. Direito interno	150
PARTE <b>11</b>	<b>Autonomia da cláusula de escolha do direito</b>	<b>153</b>
PARTE <b>12</b>	<b>Outros problemas envolvendo a escolha do direito em contratos comerciais internacionais</b>	<b>157</b>
	I. Modificação da escolha do Direito	157
	II. Conexão do Direito escolhido com o contrato	159
	III. Reenvio	161
	IV. Cessão de créditos	163

PARTE <b>13</b>	<b>Ausência de escolha do direito pelas partes</b>	<b>167</b>
	I. O problema	167
	II. As soluções dos Tratados de Montevideu e do Código Bustamante	168
	III. A abordagem na Europa e nos Estados Unidos da América	170
	IV. Ausência de escolha na Convenção da Cidade do México	170
	A. Princípio da proximidade	
	B. Elementos objetivos e subjetivos	
	C. Princípios de organismos internacionais	
	V. Ausência de escolha nos Princípios da Haia	172
	VI. Ausência de escolha nos direitos internos	173
	VII. Ausência de escolha na arbitragem	177
	A. Textos das Convenções de arbitragem	
	B. Lei-modelo da UNCITRAL	
	C. Abordagens para a aplicação de normas conflituais	
	1. Normas conflituais da sede da arbitragem	
	2. Normas conflituais de outras jurisdições	
	3. Aplicação cumulativa das normas conflituais de todos os Estados que têm uma conexão	
	D. Aplicação de Princípios Gerais ou do Direito não estatal	
	E. Uso da <i>Voie Directe</i>	

PARTE <b>14</b>	<b>Dépeçage ou “fracionamento” do direito</b>	<b>189</b>
	I. Significado de <i>Dépeçage</i>	189
	II. <i>Dépeçage</i> na Convenção da Cidade do México e nos Princípios da Haia	191
	III. <i>Dépeçage</i> nos direitos internos	192
	IV. <i>Dépeçage</i> e arbitragem	193
PARTE <b>15</b>	<b>Interpretação flexível nos contratos comerciais internacionais</b>	<b>197</b>
	I. Fundamentação	197
	II. Autoridade para interpretações flexíveis em negócios internacionais	199
	III. Flexibilidade na aplicação de “costumes” ou “usos”	200
	IV. Flexibilidade na aplicação de “Princípios”	201
	V. O papel pioneiro da OEA a favor da flexibilidade	201
	VI. Fórmula flexível da Convenção da Cidade do México	202
	VII. Fórmula flexível nos direitos internos	203
VIII. Fórmula flexível na arbitragem	203	
PARTE <b>16</b>	<b>Âmbito de aplicação do direito aplicável</b>	<b>209</b>
	I. Visão geral	209
	II. Aspectos específicos	210
	A. Interpretação	
	B. Direitos e obrigações das partes	
	C. Execução e consequências do inadimplemento	
	D. Extinção das obrigações contratuais	
	E. Consequências da nulidade ou invalidade	
	F. Registro de contratos	
G. Outros aspectos		

PARTE <b>17</b>	<b>Ordem pública</b>	<b>217</b>
	I. O conceito de Ordem Pública	217
	II. Normas imperativas ( <i>Lois de Police</i> )	218
	A. Interpretação	
	B. Normas imperativas na Convenção da Cidade do México, nos Princípios da Haia e em Roma I	
	C. Aplicação de normas imperativas de um Estado estrangeiro	
	III. Incompatibilidade manifesta	222
	A. Interpretação	
	B. Incompatibilidade manifesta na Convenção da Cidade do México e nos Princípios da Haia	
	IV. Ordem pública em nível regional	226
	V. Normas imperativas e ordem pública nos direitos internos	228
	VI. Ordem pública e arbitragem	231
PARTE <b>18</b>	<b>Outras disposições</b>	<b>237</b>
	I. Prevalência de outros acordos internacionais	237
	II. Estados com mais de um sistema jurídico ou diferentes unidades territoriais	238
	A. Convenções internacionais	
	B. Direitos internos	
Anexos	<b>Anexo A.</b> Convenção da Cidade do México e Princípios da Haia: Tabela de comparação	<b>243</b>
	<b>Anexo B.</b> Convenção da Cidade do México: conciliação dos textos em português, espanhol e inglês	<b>255</b>
	<b>Anexo C.</b> Tabela de legislações	<b>279</b>
	<b>Anexo D.</b> Tabela de casos	<b>291</b>
	<b>Anexo E.</b> Bancos de dados e fontes eletrônicas	<b>297</b>